

«HONESTO ESTUDO, COM LONGA EXPERIÊNCIA MISTURADO»

Foi da iniciativa do Centro Universitário do Porto, dirigido por dedicados professores e alunos da Universidade, a comemoração do Quarto Centenário da Publicação de «Os Lusíadas», com duas conferências proferidas no salão nobre da Faculdade de Letras, nos dias 17 e 30 de Março de 1973.

Coube-nos iniciar, por deferente convite dos seus organizadores, esse ciclo, e, para o efeito, reunimos as notas colhidas ao favor de leituras e outras que nos têm sido ofertadas pelo continuado exame do opulento — em quantidade e em qualidade — espólio bibliográfico, formado por manuscritos e obras impressas, que Alexandre Herculano recolheu no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em 1834, e logo foi integrado na Real Biblioteca Pública do Porto, mais tarde designada como Biblioteca Pública Municipal do Porto.

O texto agora dado à estampa foi redigido a partir das mesmas notas e insere, por isso, em um ou outro passo, as reflexões suscitadas por aquilo que tem sido possível averiguar ou intuir — e, neste caso, ainda sujeito a melhor prova. É um ensaio abreviado, porque assim o impunham os condicionamentos inerentes ao próprio acto a que se destinava. Não o complementa — como seria admissível — qualquer aparato erudito, nomeadamente qualquer informação do foro da bibliografia: só um ou outro passo, e a tanto somos obrigados por circunstâncias especiais, será objecto, no final, de uma anotação redigida agora, dado que não seria possível fazê-lo antes da data que ficou indicada acima. É o caso das anotações sugeridas por estudos de publicação posterior ou que estão a ser impressos neste momento (Janeiro de 1974).

Os autores citados, e assim as suas obras, — indicadas algumas vezes, de outras não — são bem conhecidos, ainda os menos divulgados ou consultados. Todas essas fontes foram objecto de um recente e exaustivo recenseamento e muitas delas mereceram, aí, pertinentes anotações, denunciadoras de um convívio diuturno e de uma erudição esclarecida, da parte do Dr. José V. de Pina Martins. Referimó-nos à seguinte e monumental edição, prefaciada pelo Prof. Doutor Manuel Lopes de Almeida, presidente da Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de «Os Lusíadas»:

Os Lusíadas. 1572-1972. Catálogo da Exposição Bibliográfica, Iconográfica e Medalhística de Camões. Lisboa. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1972. XXXIV + 565 + [6] págs.

Esta referência pode não justificar, no juízo de alguns, a ausência de remissões, mas serve, ao menos, para a explicar. O que não se dispensaria, isso sim, era a identificação, e até fundamentada na imagem, daquelas obras, tanto manuscritas como impressas, que são chamadas a plano destacado quando se pretende retomar a questão das leituras de Camões, se é que não a dos seus estudos. As gravuras reunidas no final foram-no em obediência a este imperativo. E serão aí objecto de abreviadas anotações.

1. É bem sabido que *Os Lusíadas* são um poema *molhado sobre a nossa história*, posto não constituam, como adverte o Prof. Costa Pimpão, *uma narrativa histórica*, pelo que o historiador de ofício, a partir desta realidade e querendo analisá-la, pode ter diante de si um campo aberto à sua actividade, aferindo-a pela pesquisa e reflexão. Rasgados aí, serão os mais diversos os caminhos a percorrer. E logo aos conceitos de tempo e de espaço, tão próprios da história factual, terá de aliançar as opções a que obriga a variedade de temas, quando tentado a aprofundar investigações no propósito de averiguar, sobretudo, quais as fontes de que veio a socorrer-se o Poeta para a concepção ou estruturação de alguns dos mais conhecidos episódios daquele que é o Poema por excelência.

No mais lato sentido e desbordando, portanto, muito para além dos limites reservados a um historiador de ofício, a averiguação relacionada com *As Fontes dos Lusíadas*, como

é bem sabido, foi a maior preocupação do eminente camonista Doutor José Maria Rodrigues.

Aí temos, a documentar as canseiras do Mestre e a revelar os resultados então apurados, o seu volume de largas centenas de páginas publicado em 1905. Antes ou depois, igual preocupação dominou outros investigadores, historiadores e críticos da nossa Literatura, porém cumpre reconhecer que não foi possível, a qualquer deles, oferecer alguns conhecimentos novos, relacionados com as mesmas fontes e com a temática da obra de Camões e que verdadeiramente o tenham sido em relação aos oportunamente revelados na alegada obra *As Fontes dos Lusíadas*.

Cumpre admitir que não será a mesma a conclusão a que nos leva o exame atento dos estudos dedicados à lírica de Camões. Com efeito, e neste particular, temos de reconhecer que são abundantes, quanto bem possuídos de qualidade muitos deles, os ensaios suscitados pela obra do Poeta. E reconhecamos aqui e nesta hora, por imperativo de gratidão, quanto deve o estudo dessa obra, bem como a sua divulgação, a dois Professores que andam ligados à antiga Faculdade de Letras do Porto, os Doutores Hernâni Cidade e António Salgado Júnior, o primeiro como seu docente e o segundo como seu aluno e único doutorado, então, em Filologia Românica.

Volvendo à missão que pode estar reservada a um historiador de ofício ou mero aprendiz de História, quando se pretende identificar as fontes a que recorreu Luís de Camões para cobrar conhecimento ou que vieram a inspirá-lo, adiantemos desde já que não tem merecido cuidados especiais o apuramento das obras acessíveis à leitura que o Poeta desejasse fazer ou que viessem a solicitá-lo para o efeito. Mas um apuramento, queremos sublinhar, que implique também a identificação do lugar onde essas obras se encontravam e da possibilidade oferecida a Camões para a sua consulta, quando a conjugarem-se circunstâncias especiais que concorriam para tanto.

Não esqueçamos que «a quantidade e variedade de saber científico manifestado nas obras de Camões — como escreveu o seu biógrafo Guilherme Storck — causa admiração, principalmente se considerarmos a raridade de bibliotecas volu-

mosas» e o alto valor, por esse tempo, podemos acrescentar, dos manuscritos e dos livros impressos, que muito dificultava a sua aquisição ou simples consulta. Mas a memória de Camões, onde quer que ele se encontre, em terra ou no mar, em Coimbra ou em Lisboa, no Oriente ou em Moçambique, sempre lhe é fiel e segura: e então as leituras da juventude, efectuadas, só Deus sabe, debaixo das maiores dificuldades ou ao favor de protecção, vêm a oferecer-lhe prontamente o fruto sazonado, nos «vastíssimos conhecimentos, adianta Storck, em história universal, geografia, astronomia, mitologia clássica, literaturas antigas e modernas, poesia culta e popular».

Perante uma indiscutível certeza, qual é a dos conhecimentos de que o Poeta dá testemunho, reponha uma interrogação: quando e em que lugar foram adquiridos esses conhecimentos? Por outras palavras: onde viveu Camões os anos da sua juventude, qual a instituição cultural que era detentora, ao tempo, de manuscritos e impressos, numa quantidade não acessível a um simples particular e que abordavam os mais diversos temas — havendo entre eles exemplares únicos, e esse o caso de alguns códices, sendo os outros, sem dúvida, da maior raridade, e todos, como tal já reconhecidos ou que têm de o ser, indiscutíveis fontes de que o Poeta se socorreu?

Sabemos quais os autores, nos mais variados domínios, de quem se lembra Camões, ora a citá-los, ora a inspirar-se na lição contida em suas obras. E também não ignorámos as controvérsias suscitadas à volta de um ou outro desses autores, quando se pretende afirmar ou negar que o Poeta os tenha conhecido na leitura directa dos respectivos textos e não por meio de restritas citações. Mas também sabemos de outras fontes e outros autores que ainda não mereceram a devida atenção, no que toca à identificação dos livros manuscritos ou impressos que teriam sido lidos ou consultados por Camões. E foi a busca de tal conhecimento que nos impeliu para todo um trabalho que seria capaz de nos ofertar, pelo menos, uma parte considerável dos esclarecimentos necessários para obter, algum dia, a resposta exigida pela interrogação que formulamos há pouco

2. Abundam as extensas biografias ou simples notas biográficas do Poeta. Mas o certo é que ainda não temos a *Biografia de Camões* que lhe é devida, nem sabemos, cumpre reconhecê-lo, quando será possível escrevê-la, à míngua de subsídios que falham e não obstante o empenho de tantos investigadores em obtê-los. E se um Storck, pela abundância das informações recolhidas, pôde redigir quatro volumes, bem como outros autores, posteriormente e já das últimas gerações, conseguiram aclarar este ou aquele ponto, quando não descortinar aspectos novos, o certo é que são os autores velhos aqueles que se apresentam como os mais seguros biógrafos, destacando-se, de todos, Manuel de Faria e Sousa, operoso escritor que também conquistou, merecidamente, o direito ao título de benemérito, como empenhado comentador que foi, e para além de editor literário, de grande parte das composições, de *su poeta*. E logo ao designá-lo assim, Manuel de Faria e Sousa denunciava a que ponto subira a sua admiração por Camões, volvida em culto bem documentado e que era mantido naquele tempo em que cumpria difundir sentimentos de liberdade por meio da divulgação dos escritores que bem os viviam e interpretavam. Camões a servir, então, a causa do Portugal autónomo, para tanto bem integrado na *litteratura autonomista*.

Peço vénia para aditar uma glosa a este passo, fazendo-o em homenagem a esse que foi o primeiro biógrafo e o primeiro comentador de Camões, situado em tal posição pela quantidade e pela qualidade dos ensaios que escreveu, posto que sujeitos a correcções. Glosa que não visa mais do que recordar certas miudezas de ordem biográfica do próprio Manuel de Faria e Sousa. Nasceu em Pombeiro de Riba-Vizela, foi o seu pai o primeiro mestre que conheceu e depois prosseguiu estudos em Braga; aos catorze anos, era escolhido pelo bispo do Porto D. Gonçalo de Moraes para seu secretário; ainda muito jovem, aqui procura o convívio dos livros, colhendo o melhor proveito nos domínios da História e aprimorando-se no culto da Poesia; em 1614, casa-se com Catarina Machado, filha do contador da Fazenda Real do Porto Pedro Machado e de sua mulher Catarina Ferreira, celebrando-se o acto na igreja de Santiago de Bougado, da Terra da Maia; mais quatro anos decorridos e ei-lo a viver,

como na infância, na quinta de Pombeiro; parte, depois, para Madrid, ao serviço do Conselho de Estado, regressa à terra natal e volta, de novo, à corte espanhola: durante este período, ei-lo a vencer dificuldades e a cuidar da sua obra, de atenção volvida, simultaneamente, para a própria obra camoniana. Julgamos bem cabida esta glosa: sem ela, ficaria, talvez esquecida a particularidade de ter nascido bem cerca do Porto e aqui ter vivido e despertado para as Letras aquele que foi, indubitavelmente, o primeiro biógrafo e o primeiro comentador de Camões.

No seguro testemunho dos documentos conhecidos, não mais apuramos, na vida acidentada do Poeta, do que factos ocorridos num período de trinta anos, contados de 1550 a 1580. Como quem diz: a partir do seu primeiro alistamento para a Índia até a data da sua morte. Balizam tão dilatado período aqueles anos que ficaram memoráveis por acidente ou por colaboração de circunstância, e, sobretudo, o memorável por excelência, qual é o da publicação de *Os Lusíadas*.

Um dos registos da Casa da Índia citados por Manuel de Faria e Sousa e que abonam a biografia do Poeta, dá-lhe 25 anos de idade, contados em 1550. Uma carta de perdão, datada de 1553, di-lo *mancebo*. Quando já próximo das últimas estâncias do Poema (X, 9), Camões abre-se numa confissão:

*Vão os anos descendo, e já do Estio
Há pouco que passar até o Outono.*

Fundadamente se pode concluir que Luís de Camões tenha nascido, como se viu, nos fins do primeiro quartel de Quinhentos ou princípios do segundo. Até meados do século dezasseis decorre, portanto, um período da vida do Poeta que abrange vinte e cinco anos, sem haver documentos conhecidos onde colher informação segura e relacionada de perto com acidentes ou preparação intelectual. Mas não pode ser ignorado ou negado que ele recebeu, durante esse período, bem assinalada formação cultural, por certo num meio escolar conveniente — e nisto concordam os mais exigentes dos seus biógrafos, como bem sublinhou o Doutor António Salgado Júnior.

Não sabemos de outra referência expressa aos estudos de Camões para além daquela que nos foi legada pelo seu contemporâneo e amigo Diogo do Couto. Data de 1569 e está contida na versão da *Década Oitava* que se mantém inédita, a qual será uma possível nova redacção do texto roubado ao autor e a acusar um sem número de variantes, quando colocada em confronto com a versão que corre impressa.

O autor do *Soldado Prático*, de regresso da Índia, quando corria o inverno de 1568-1569, encontrou o Poeta em Moçambique. O encontro é memorado com a anotação seguinte:

«Neste inverno começou Luís de Camões a compor um livro muito douto, de muita erudição, que intitulou *Parnaso* [...], porque continha muita poesia, filosofia e outras ciências, o qual desapareceu; e nunca pude em Portugal saber dele».

Aludindo a uma obra camoniana que se perdeu, Diogo do Couto não deixa de referir o seu conteúdo, para melhor a qualificar: ela continha, como vimos, muita poesia, filosofia e outras ciências. Mas tal obra não seria apenas o conjunto de reflexões pessoais desligadas de motivação circunstancial ou alheias a conhecimento prévio, como logo, e bem, deixa pressupor uma outra anotação do cronista. Para ele, com efeito, quem estava em Moçambique, quando do encontro, era um velho companheiro, *aquele príncipe dos poetas dos nossos tempos* — como escreve — *de quem fui especial amigo e contemporâneo nos estudos em Portugal, e na Índia matalotes muitos tempos de casa e mesa.*

A referência a estudos está bem explicitada, corroborando, pela mão de um contemporâneo, o que era intuído por vias diversas. Todavia, impõe-se uma breve reflexão sobre o conteúdo do texto de Diogo do Couto, sobretudo a partir de uma confrontação de datas.

Com efeito, dizem os seus biógrafos que o cronista nasceu em 1542, filho de Isabel Serrão de Calvos e do amaranantino Gaspar do Couto, este companheiro do infante D. Luís, seu amo, na jornada de Túnis de 1535. Protegido do mesmo infante, Diogo do Couto iniciou os seus estudos, no Colégio

de Santo Antão, aos onze anos, ou seja em 1553: precisamente o ano do embarque do Poeta para a Índia. Só decorridos seis anos e após a morte do seu pai, é que o cronista segue o mesmo rumo. Contava, então, dezassete anos e teria Camões trinta e quatro. Muito jovem Diogo do Couto, bem curtido de experiências o Poeta. Quando e onde podiam ter sido contemporâneos nos estudos?

Não em Lisboa e dificilmente na Índia. Não em Lisboa, porque aí a mesma diferença de idades logo viria a impedir-lhes a convivência e Diogo do Couto só inicia estudos, como dissemos, no ano em que o Poeta parte para o Oriente. Dificilmente na Índia: nem a vida agitada, nem a idade, somando-se às dificuldades locais, nada concorria para que Camões pudesse vir a prosseguir lá estudos aturados e aprofundados, susceptíveis de lhe ministrar a soma e a gama dos conhecimentos que revela.

Diogo do Couto, ao exaltar os dotes intelectuais do seu *especial amigo*, não deixou de indicar os estudos em abono da formação cultural de Camões. Dizendo-se contemporâneo do *príncipe dos poetas* em tais estudos, mais não fez do que avocar em seu benefício o louvor dirigido ao mérito alheio.

3. A demora do Poeta em Coimbra, e, quando aí não nascido, ainda com um pé suspenso do lado da infância e o outro já firmado na juventude, tem sido proposta ou sustentada por muitos dos seus biógrafos, contando-se entre eles alguns dos mais antigos. Não há variedade de maior nas alegações que deduzem com vista à conclusão pretendida: na verdade, cada um mais não faz do que somar ao testemunho oferecido por Camões na sua própria obra todo e qualquer subsídio que é possível obter no domínio da Genealogia.

Possíveis documentos oficiais seriam aqueles que conheceu, como ele confessa, Manuel de Faria e Sousa: os dois registos da Casa da Índia, datado o primeiro de 1550 e o segundo de 1553, relativos, um e outro, a um pretendido e ao real embarque de Camões para o Oriente e dizendo-o filho de Simão Vaz e de Ana de Sá. A partir desta última

informação e conjugando-a com algumas obtidas, tempos ou séculos após, por outros biógrafos, sobressaindo, entre eles, o Visconde de Juromenha, Miguel Ribeiro de Vasconcelos e Pinto Loureiro, foi possível inserir o Poeta no esquema genealógico dos Camões de Coimbra, entroncando-o assim numa família também representada, entre outras localidades, na cidade do Porto.

Quando a juventude lhe vai escapando aos poucos, o Poeta confessa:

*Nesta florida terra
Leda, fresca e serena,
Ledo e contente pera mim vivia.*

Ajunta, depois, que longo tempo havia passado e com a vida folgara, aí, naquela terra que é banhada pelas

Doces e claras águas do Mondego.

Longo tempo e vivido em plena juventude. Descuidado, talvez, mas não tanto que viesse a afastar o Poeta do estudo ou das leituras: prosseguido, talvez, o primeiro num colégio, consultados os livros, impressos ou manuscritos, na opulenta e bem actualizada livraria de um mosteiro.

Não é de pôr em dúvida o funcionamento de escolas no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, uma vez que o testemunho dos documentos assegura que a sua criação foi decidida quando D. João III visitou a cidade, em 1527. Sabemos também que eram nelas regidas as disciplinas de Gramática, Grego e Hebraico, pelos Mestres Pero Henriques e Gonçalo Álvares, um e outro chamados da Universidade de Paris pelo reformador Frei Brás de Braga, estando confiado aos cruzios D. Damião e D. Dionísio o ensino das Artes e de Cânones, respectivamente. As primeiras disciplinas, admitivelmente, teriam sido professadas a partir da fundação. Para as duas últimas são conhecidas datas certas: as Artes em Outubro de 1534 e os Cânones depois de fixada a Universidade em Coimbra, no ano de 1537.

Não menos de quatro colégios foram construídos, para o efeito, junto da canónica: os de Santo Agostinho e de S. João, destinados apenas a gerais, ou seja ao funcionamento de aulas, e ainda não acabados de todo em 1537, como ensina o Prof. Mário Brandão no seu estudo sobre *O Colégio das Artes*, e os de S. Miguel e de S. Agostinho, onde era recolhido certo número de colegiais sustentados pelo mosteiro. Numa carta remetida a Frei Brás de Braga, declarava D. João III, a 9 de Fevereiro de 1537, que fora sempre da sua intenção, ao mandar fazer tais estudos, criar em Coimbra Universidade e estudos gerais. Aliás, documentos anteriores revelam já, e a partir de 1533, quais eram os propósitos do monarca.

Há um documento que elucida o bastante relativamente ao ensino ministrado nos colégios conimbrigenses dos crúzios e quando já aberta igualmente aos escolares, havia quatro anos, a Universidade, após a sua transferência de Lisboa. Trata-se de um auto lavrado aos 26 de Novembro de 1541, por ordem do Prior de Santa Cruz, que também era o cancelário do Estudo Geral: precisamente o celebrado Prior D. Bento de Camões, irmão do pai do nosso Poeta, perfeitamente identificado na crónica da congregação que foi escrita por D. Timóteo dos Mártires e publicada na revista *O Instituto* (Coimbra, 1955-1960).

A informação pretendida devia esclarecer o bastante acerca da maneira como os catedráticos faziam as suas leituras e em que medida os ouvintes vinham a aproveitar-se delas, bem como sobre o cumprimento regular dos horários. Prestaram depoimento escolares de Teologia, de Medicina, das Artes e Latinos. Dos Mestres das Artes, apurou-se que Diogo de Gouveia lia com muito cuidado as suas lições, fazendo-o continuamente e apresentando-as sempre muito bem estudadas. Também Pedro de Figueiredo lia muito bem, *fazendo*, segundo o auto, *muito fruto aos ouvintes*. Manuel de Pina estudava bem as suas lições, antes de as proferir. Miguel de Gouveia, no testemunho de alunos seus, *trabalhava bem em suas lições e exercícios*, porém não era *tão destro no latim*. No que dizia respeito a outros Mestres conhecidos por *Latinos*, regentando, embora, não apenas a língua, mas também a Gramática, são concordes, igualmente, os depoi-

mentos prestados, dizendo da boa qualidade do ensino e do aproveitamento dos ouvintes. As cadeiras estavam confiadas, por esse tempo, aos Mestres Fabrício, Pedro Henrique, António Caiado, Cristóvão Rodrigues, Manuel Tomás e Diogo Fernandes.

O ensino da língua latina, ao que se vê, merecia especial cuidado, logo a partir da regência de cadeiras próprias e no que diz respeito à selecção dos Mestres que eram dela incumbidos. Podia um discípulo, noutras cadeiras, notar, até, como se viu, que o respectivo Mestre não era destro no Latim. De uma e outra vez, a frequentar ou não disciplina de especialidade, o escolar tinha de ser um bom *latino* ou possuidor, ao menos, de conhecimento bastante no domínio dessa língua. Que bem a conhecia, logo no particular das regras como na aplicação do vocábulo evoluído, eis o que revela Camões. E a tal ponto que os latinismos do seu uso deram tema para um ensaio de autoria do malgrado Carlos Eugénio Correia da Silva.

Quando fixada em Coimbra, a Universidade não contava mais de duas faculdades, as de Leis e Cânones, bem como as cadeiras de Matemática, Retórica e Música. O ensino da Teologia, da Medicina, das Artes, da Gramática e do Grego manteve-se nos colégios dos crúzios: escolas diferentes, uma e outra autênticas universidades, e, por força da mesma independência, governadas por leis próprias cada uma delas, bem como a dispor de livros de matrícula também diferenciados. Daí as quesílias e sérias disputas, as mais das vezes a determinarem a intervenção directa da Coroa. E o monarca, acudindo aos conflitos no propósito de assegurar boa paz, não deixava de exprimir o seu desejo — como o fez na carta de 15 de Dezembro de 1540 — de que houvesse uma só universidade e assim fosse chamada, na qual todos, juntamente, houvessem e gozassem de uns mesmos privilégios.

Descendo ao pormenor, alguma coisa mais terá de ser acrescentado a respeito dos estudos de Humanidades e Artes que foram estabelecidos em Coimbra, quando da reforma do mosteiro de Santa Cruz confiada a Fr. Brás de Braga. Recordemos, em primeiro lugar, os louvores que mereceu da parte do grande humanista Clenardo o ensino do Grego, confiado, como já dissemos, ao Mestre Vicente Fabrício.

Entretanto e a instâncias reiteradas do próprio monarca, providenciava-se quanto à regência dos três Cursos de Artes: Lógica, Súmulas e Filosofia. Simultaneamente, os crúzios instalavam uma tipografia no seu mosteiro e começaram a imprimir livros compostos em caracteres latinos e gregos, para o que aprenderam a *arte nova* com o impressor Germão Galhardo, a partir de 1530: entre outros, estamparam volumes com as Epístolas de S. Jerónimo, um poemeto de Aires Barbosa e o *Espelho de Perfeição em língua portuguesa*, de Fr. Henrique Hierp.

Deu termo às contendas dos crúzios com a Universidade a carta régia de 22 de Outubro de 1544, pela qual D. João III, aliás a valer-se de uma sugestão de Fr. Brás de Braga, determinou que os professores dos colégios dos crúzios fossem incorporados na Universidade e que houvesse um só Reitor. Iam decorridos sete anos. Se nascido, como se admite, à volta de 1525, Luís de Camões contava, dezanove anos: podia ou não ter concluído, uma vez que neles houvesse efectuado a respectiva matrícula, qualquer dos cursos professados nos colégios dos crúzios. Talvez o de Gramática, talvez o das Artes, quando não os dois. Que não se sabe de testemunho escrito abonador de tal matrícula — eis o que se alega, de toda a vez que está em causa o problema dos estudos de Camões, na sua qualidade e no lugar de frequência. Há-de permitir-se, pertinentemente, uma outra observação, formulada em termos de contradita. Na verdade, ignorando-se, hoje, o paradeiro dos livros de matrícula dos colégios de Santa Cruz, e admitindo, com boas razões, que eles tenham desaparecido, por incúria dos homens ou estrago do tempo, como seria ou será possível obter essa prova requerida pelos biógrafos mais exigentes? [*Ver Nota Um, no apêndice*].

Não olvidemos, como coisa de somenos, o currículo dos estudos que eram professados na canónica conimbrigense, antes e após a fixação da Universidade, em 1537. Recorde-mos, entretanto, o que é apurado, através da sua obra, quanto ao conhecimento de ordem científica e outra de que Luís de Camões se revela efectivamente possuidor. Avançemos, depois, para a identificação de fontes manuscritas e impressas que já existiam, no período em causa, na livraria de Santa Cruz de Coimbra e que foram, sem dúvida, conhe-

cidos do Poeta, sem que isto corresponda a concluir, desde já, que ele não pudesse ter obtido em lugar diverso o conhecimento ministrado por algumas delas. Admitamos, por fim, as deduções consentidas ao favor da pesquisa e de acordo com um raciocínio lógico: só por este caminho será possível atingir a noção perfeita do *honesto estudo* a que o Poeta se referia no seu Poema, dizendo-o, e bem pertinentemente, com *longa experiência misturado*. Mas não deixemos também de anotar, liminarmente, que pode ser admitida a existência, em outras livrarias conventuais e numa data ligeiramente posterior à da sua publicação, de exemplares de algumas das obras comprovadamente existentes, ao tempo, em Santa Cruz de Coimbra. Porém, que dizer quanto aos manuscritos, que observar quanto a esses textos não arquivados em quaisquer outros códices coexistentes com os que pertenceram à *livraria de mão* do mosteiro? Manuscritos esses, observemos ainda, que ministraram ao Poeta informação de base complementada por interpretação sujeita a tratamento verdadeiramente de teor literário, tudo a concorrer para que também ele viesse a eleger, como temas merecedores do seu exercício poético, os mesmos temas versados nos manuscritos em causa.

Serão recenseados, daqui a pouco, alguns dos autores que foram do convívio de Camões e que no seu tempo estavam já representados, como dissemos, na livraria de Santa Cruz de Coimbra. Permita-se, entretanto, uma observação relativa ao manuseamento dos códices da mesma livraria que era consentido aos escolares dos colégios da Congregação, tão liberto de vigilância que até concorria para que os espaços em branco do pergaminho viessem a ser enegrecidos com exercícios de poesia.

Um códice antigo da livraria que arquivava parte do texto de Boécio, andava, aí pelas décadas de 1520 a 1550, de mão em mão, à mercê dos religiosos e dos escolares: lançaram nele e em letra do tempo, na primeira década, algumas notícias de tremores de terra e eclipses; posteriormente e por outras letras, o texto boeciano foi marginado com novas anotações, na quase totalidade constituídas pelos já indicados exercícios poéticos. [V. *Nota Dois*].

Não haverá aí, podemos intuí-lo, um só poema começado e acabado. Também não são muitas as estrofes com princípio, meio e fim. Quem lançava no pergaminho alguns versos, ao favor da inspiração, fazia-o de um golpe, descuidado na ortografia e recorrendo demasiado às abreviações. E não raras vezes retomava o exercício nas laudas seguintes para aí repetir versos, mas agora polindo-os na sua forma. Então atingia, uma ou outra vez, certa expressão deste gosto, sob o invocativo *Senhora*:

*Toda esta noite sonhava
que estava perto de vós.
Estando nós, minha alma, sós,
em mil cousas vos falava.
Quão presto satisfaria
meu desejo e vontade
se os sonhos fossem verdade!*

Em outra lauda, vencidas hesitações bem assinaladas pelo riscar de palavras no primeiro e último versos, é a mesma a mão que escreve esta quadra:

*Espero de vos haver
prazendo a nosso Senhor,
e tendes em mim poder.
Lembraí-vos de mim, por amor.*

Insistimos: tudo isto não será mais do que exercício de poesia. Todavia, poderemos adiantar que o mesmo exercício, quando atribuível, porque tem de o ser, a um escolar dos colégios de Santa Cruz, assaz comprova a coexistência, na altura, do engenho de um poeta com a aplicação ao estudo. Já as Musas não faziam mal aos doutores, por esse tempo...

4. De acordo com a periodização tradicional aplicada à nossa História, cumpre reconhecer que a memória dos reinados da primeira dinastia, bem como dos seis primeiros da segunda, só era acessível, na maior parte, antes de com-

postos *Os Lusíadas* e para o seu autor, através da versão contida em velhos códices. Contam-se, no seu número, as *Cronicas Breves e Memórias Avulsas* [v. Nota Três], a chamada *Crónica dos Cinco Reis* [v. Nota Quatro] e ainda a relação de certas façanhas, posteriores ao alçamento de D. João I ao trono de Portugal, intitulada *Cavalarías de alguns fidalgos portugueses* [v. Nota Cinco]. E eram esses alguns dos velhos códices já integrados na *livraria de mão* de Santa Cruz de Coimbra, ao tempo em que o Poeta, admissivelmente, podia ter frequentado estudos nos colégios da Congregação. Mas também outras fontes eram acessíveis, na mesma livraria, à consulta do Poeta, podendo ministrarlhe valioso contributo para a elaboração do seu poema. Carece de ser estudado no pormenor, e bem o merece, o texto da *Vita beatissimi Domni Theotonii*, escrita por um discípulo anónimo, seguramente no século doze, e traduzida mais tarde para português, admitindo-se, a partir do exame da letra de uma cópia que também pertenceu à *livraria de mão* de Santa Cruz de Coimbra, que o tenha sido nos princípios do século dezasseis ou no final da centúria anterior: há nesse texto uma ou outra passagem que precisa de ser cotejada com trechos de *Os Lusíadas*, em ordem a detectar uma possível inspiração ou directa influência. [V. Nota Seis].

Admitamos, por hipótese, que outros manuscritos, existentes, ao tempo, em diverso lugar, fossem também acessíveis à consulta, quando Camões avançou para o conhecimento de pormenor relativo aos reinados anteriores ao século dezasseis. Porém, se movido a fazê-lo no caso particular dos Doze da Inglaterra e recorrendo, para tanto, a uma obra que tivesse sido impressa antes da edição de *Os Lusíadas*, não mais conseguiria apurar do que a referência abreviada contida no *Memorial* de Jorge Ferreira de Vasconcelos, estampado em 1567, e que diz assim:

«Da sua corte mandou [D. João I] cavaleiros portugueses a Londres, que se desafiaram em campo cerrado com outros tantos ingleses nobres e esforçados, por respeito das damas do Duque de Alencastro».

Toda a reconhecida originalidade e poder de criação de Camões não seriam o bastante para architectar, na riqueza do pormenor que o distingue, o bem conhecido episódio

evocado nas estâncias 38 a 70 do canto sexto de *Os Lusíadas*, fazendo-o tão-só a partir da breve notícia, de feição analística, incluída no *Memorial*. Reconhecendo isto mesmo, interrogava Teófilo Braga:

«Donde colheria Camões esta tradição nacional que aparece pela primeira vez tratada por ele artisticamente?»

Mais tarde, é o Doutor José Maria Rodrigues, avisadamente, a observar que «no tempo do Poeta devia existir uma narrativa da aventura que talvez se não imprimisse». E não carecemos de invocar o testemunho de outros autores, quer antigos, que das últimas gerações, para concluir que existia, realmente, no tempo de Camões, uma narrativa da aventura dos Doze de Inglaterra e do celebrado Magriço. Baseia-se a conclusão no conhecimento do manuscrito em que ela está contida, bem como na lição que ele oferece, do ponto de vista interno, e ainda nas suas características externas. Adiantemos agora que se trata do antigo códice cartáceo que tinha o número trinta e um na respectiva colecção da livraria de Santa Cruz de Coimbra. Não seria necessário acrescentar que só aí, em Coimbra, e na Congregação, quando do tempo da mocidade que lá viveu, é que o Poeta podia consultar a fonte que o inspirou e que veio a ofertar-lhe o extenso e aprofundado conhecimento susceptível de permitir a composição de tão alongada parte do seu Poema.

A mais remota alusão ao episódio dos Doze da Inglaterra que correu impressa é devida a Pedro de Mariz, «corrector das impressões e guarda da livraria» da Universidade de Coimbra, e apareceu na segunda edição dos seus *Diálogos de Vária História*, impressa naquela cidade no ano de 1599. Seguiu-se-lhe a de Manuel Correia, nos seus *Comentários a Os Lusíadas* estampados em 1613. Também comenta o episódio Manuel de Faria e Sousa, quando edita o Poema, em Madrid, no ano de 1639.

Pedro de Mariz expressamente declara a fonte que utilizou para redigir a alongada referência aos Doze da Inglaterra na segunda edição dos seus *Diálogos*, ampliando, neste passo, a primeira edição, uma vez que nesta não alude ao episódio. Cita a fonte em causa como uma *Chronica antiqua huius temporis*, ou seja uma crónica de redacção contemporânea dos sucessos. É de observar que este autor só veio

a obter conhecimento da referida crónica no curto período de cinco anos que decorreu de 1594 a 1599, a separar as duas edições dos seus *Diálogos*. Manuel Correia, nos seus comentários, alonga-se mais do que Mariz e quase deixa no esquecimento uma simples referência à fonte ou fontes a que recorre: só de uma vez — como já observava Teófilo Braga — é que alude à *diferença que há entre a Relação e os versos de Luís de Camões* (palavras suas), quando comenta o final da estância 65 do canto VI:

*Os que de espada vêm fazer batalha
Mais acham já que arnês, escudo e malha.*

Manuel de Faria e Sousa declara ter *visto un papel antiguo deste successo*, acrescentando, noutro passo, que o teve em seu poder.

A *Crónica antiga* de que se aproveitou Pedro de Mariz pode ser identificável ou não com a *Relação* que foi consultada por Manuel Correia e não é de excluir a hipótese de um seu extracto, pelo menos, ter chegado às mãos de Manuel de Faria e Sousa. Circunstancialismo de ordem cronológica e topográfica, suscita-nos para o apreço de quanto se verifica da parte de Mariz, para concluirmos assim: vivendo em Coimbra, só aí se tornava mais acessível ao corrector das impressões da Universidade a consulta da *Crónica antiga* por ele citada, recorrendo, como é de presumir, à livraria de Santa Cruz.

A mesma fonte que atraíu Camões seria, mais tarde, do conhecimento de Mariz, devendo-se admitir que houvesse da *Relação* que continha a narrativa uma ou outra cópia a circular de mão em mão, posto que restritas, compreensivelmente, no seu número e todas a reproduzir a cópia mais antiga, que seria a da canónica conimbriguense, ou um arquétipo que hoje não é do nosso conhecimento. Só por essa via é que o texto podia também ter chegado ao conhecimento de Manuel Correia e de Manuel de Faria e Sousa.

Fazendo-o, embora, com o propósito de abonar ou comprovar a veracidade dos sucessos perpetuados no canto sexto de *Os Lusíadas*, estes autores, escrevendo após a morte de Camões, servem-se exclusivamente da velha *Crónica* como

fonte histórica. Mas o Poeta serviu-se da *Relação* como tal e não como historiador, permitindo-se modificá-la num ou outro passo e quando para isso houvesse *motivos de ordem estética ou de outra natureza* — como escreveu, posto que não a referir-se ao caso presente, mas sim no mais lato sentido, o Doutor José Maria Rodrigues.

Ressalvado o pouco atribuível à liberdade poética — e esse era um direito que Camões podia arrogar-se — podemos concluir, graças à lição oferecida pelo confronto, que as estrofes de *Os Lusíadas* evocadoras das cavalarias dos Doze da Inglaterra se identificam com a narrativa da *Relação* contida num códice da antiga *livraria de mão* de Santa Cruz de Coimbra. E não encaminha também para outra conclusão a leitura do chamado *Diário* da primeira navegação de Vasco da Gama para a Índia, redigido, ao que se admite, por Álvaro Velho: não foi, não podia ser ignorado de Camões quanto é relatado nesse manuscrito, também pertencente a Santa Cruz de Coimbra, a todo o momento em que o Poeta se deu a conceber, a estruturar e a compor *Os Lusíadas*, alçando-se o mesmo *Diário* ao lugar cimeiro de primacial motivação, relativamente ao Poema. [V. *Nota Sete*].

5. Em edição quatrocentista, quanto a uma delas, e de incorporação não demorada após a sua impressão, pelo que diz respeito a outras, havia exemplares de obras de autores clássicos a representá-los na livraria do Mosteiro de Santa Cruz, no tempo em que o Poeta estudava ou folgava em Coimbra: O primitivo *pertence* manuscrito lançado em cada uma dessas obras, tendo-o sido naquela *letra redonda*, como lhe chamava João de Barros, de seguro traçado e fácil leitura, de pronto nos habilita a concluir que elas foram adquiridas pelos cónegos regantes e incorporadas na sua livraria num prazo relativamente curto, contado a partir do ano da respectiva edição. Acessíveis, por isso, e no tempo devido, à imediata consulta, quando não a continuado e frutuoso convívio, da parte de qualquer dos escolares dos colégios da canónica. E colocadas, portanto, à disposição do Poeta, para bem o servir como leitor aproveitado.

Ao favor da cronologia, destaca-se do conjunto dos textos clássicos da livraria de Santa Cruz que foram recensados após o vendaval de 1834, o volume das *Histórias* de Justino impresso em Veneza no ano de 1499: *Justini Historici Clarissimi in Trogi Pompeii Historias*. Volume esse em que está integrado o conjunto dos sete livros do nosso Paulo Orósio contra os pagãos, também impresso naquela cidade e no mesmo ano. E vêm, depois, as edições das *Opera Vergiliana* (Veneza, 1519), das *Illustrium Virorum vitae*, de Plutarco, impressas em 1520, bem como o *De vita et moribus philosophorum*, de Diógenes Laércio, publicado em 1535.

É de anotar uma particularidade relacionada com a edição das *Obras* de Vergílio. Não ignoramos que Luís de Camões, na sua elegia intitulada *O poeta Simónides*, traduziu os versos 458 a 460 do livro segundo das *Geórgicas*, quando inclinado a exaltar a vida rural e a encarecer a felicidade, real ou pretendida, que distinguia o homem do campo:

*Oh lavradores bem-aventurados!
Se conhecessem seu contentamento,
Como vivem no campo sossegados!
Da-lhe a justa terra mantimento...*

Todavia, para além da letra, a edição em causa abundava em motivos de inspiração de outra qualidade. Com efeito, o texto vergiliano é acompanhado, numa ou outra passagem, de gravuras adequadas, sendo estas realçadas no seu significado pelo facto de reproduzirem usos e costumes do tempo em que o livro foi impresso. E cada qual desses pequenos quadros viria a constituir-se desde logo em motivação quando sujeito a exame da parte de um homem de capacidade bastante para o saber interpretar ou animar. Assim um poeta como um historiador, tanto a servir o engenho e a arte como a completar a informação obtida nos documentos escritos. A concorrer, de toda a vez, para que uma experiência ou averiguação pessoal viesse a receber certo complemento da lição oferecida pelo testemunho da imagem.

pormenores de organização, programas de ensino e de actos e regras de funcionamento dos Colégios, que são, de todo o ponto de vista, uma contribuição decisiva para a dilucidação de problemas que têm andado sujeitos a discussão, de passo que nos esclarecem aspectos apenas suspeitados.

Os dois textos, antecedidos de algumas reflexões, são publicados no vol. IV da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, *Série de História, Confiadamente, aguardemos que algum dia apareça, onde menos se espera, o registo das matriculas efectuadas a partir de Janeiro de 1540.*

A título de curiosidade, e só isso,—para quê maior embaraço na embrulhada da homonímia? —transcrevemos, a seguir, um registo do mencionado Livro da Matrícula:

«Manoel filho de Simam Vaz morador em esta cidade [de Coimbra] a 14 dias de Maio [de 1537]».

NOTA DOIS. O códice de que se reproduz uma lauda tem hoje o n.º 78 na colecção de manuscritos da Biblioteca Pública Municipal do Porto (= B. P. M. P.) e era o antigo códice membranáceo n.º 64 do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Arquiva largos fragmentos do texto da obra de Boécio, bem conhecida, e, ao tempo, (trata-se de uma cópia tardia, porém, anterior ao século quinze) ainda muito utilizada, que tem o título De Consolatione Philosophiae. Sobre este e outros códices, ver o que escrevemos nos dois estudos seguintes:

Textos medievais das «Leituras» de Filosofia de Santa Cruz de Coimbra. Porto, 1955.

Santa Cruz de Coimbra na Cultura Portuguesa da Idade Média. Volume I. Observações sobre o «Scriptorium» e os Estudos Claustrais. Porto, 1964.

V. gravura n.º 1.

NOTA TRÊS. Era designado como Livro das lembranças, pelos memorialistas do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, um códice miscelâneo da livraria de mão da Canónica do qual Herculano extraiu largos trechos para serem impressos no vol. de Scriptores dos Portugaliae Monumenta Historica, atribuindo-lhes o título factício de Crónicas breves e memórias avulsas.

Deixámos noutro lugar o resultado que apurámos durante o exame deste códice, em parte cartáceo, em parte membranáceo, nas suas características externas e conteúdo (v. António Cruz, Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra, Porto, 1963). Relembrámos aqui que só então o conteúdo do códice mereceu uma

edição integral e que não são poucas as sugestões que o seu texto oferece, para além daquelas que arrancavam dos trechos publicados por Herculano.

NOTA QUATRO. *Tinha o n.º 36, entre os manuscritos cartáceos da livraria de mão de Santa Cruz de Coimbra, cabendo-lhe, presentemente, o n.º 886 na respectiva colecção da B. P. M. P., um códice assim intitulado:*

Crónica de 5 reis de Portugal «a saber» do primeiro Dom Afonso Henriques, do 2.º seu filho Dom Sancho, do 3.º Dom Afonso, do 4.º Dom Sancho Capelo seu filho, do 5.º D. Afonso conde de Bolonha que foi dado por governador do reino em vida delrei D. Sancho Capelo pelo Padre Santo.

A edição diplomática deste texto foi preparada, com um estudo prévio, por A. de Magalhães Basto e publicada pela Livraria Civilização (Porto, 1945). Com essa edição, rematou o saudoso investigador os seus aturados e aprofundados estudos sobre a autoria e a data do texto em causa, mantendo-se, em todos eles, inclinado para a conclusão de que é admissível tratar-se de uma primeira redacção atribuível a Fernão Lopes.

Analisado nas suas características externas, não repugna aceitar que o texto em causa data da primeira metade do século dezasseis — e daí tornar-se possível a sua consulta, antes de 1550, na livraria de mão em que estava integrado. Tanto basta, por agora e para este lugar. No que diz respeito à data da redacção, há subsídios bastantes, recolhidos ao favor do exame do texto, para a recuar e fixar no século quinze. De autoria de Fernão Lopes? Ainda os especialistas não disseram a última palavra...

NOTA CINCO. Crónica breve das cavalaria dos Doze da Inglaterra. Assim designou A. de Magalhães Basto, ao publicá-la em 1935, a pequena Relação que anda junta, no mesmo manuscrito e copiada pela mesma mão, em letra da primeira metade do séc. XVI, à Segunda parte da Chronica de D. João I, de Fernão Lopes.

O códice que contém a crónica e a relação pertenceu ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e aparece, com o número XXXI, inventariado por D. José de Avé Maria, no seu Catálogo dos Manuscritos Cartáceos. Tem, presentemente, o n.º 87, na colecção de manuscritos da B. P. M. P.

V. gravura n.º 2.

NOTA SEIS. Vida do bem aventurado nosso padre S. Theotónio primeiro Prior que foi, no mosteiro de Sancta Crus. *Quer o original, em latim, quer esta tradução portuguesa, foram publicados por nós,*

com outros textos historiográficos também preparados em Santa Cruz de Coimbra, no volume seguinte:

Anais, Crónicas e Memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra. Porto, 1968.

O original latino, quando integrado na livraria de mão do bem celebrado Mosteiro conimbrigense, tinha aí o n.º 29, entre os códices membranáceos. Presentemente, é o códice n.º 52 da Biblioteca Pública Municipal do Porto e a sua primeira tradução, também da mesma origem, está contida no manuscrito n.º 414 desta Biblioteca.

Ao aludirmos a esta possível fonte de Os Lusíadas, sugerindo um cotejo, tínhamos na lembrança aquele texto em que o discípulo anónimo dá conta dos trabalhos e perigos a que andou sujeito o primeiro Dom Prior de Santa Cruz de Coimbra, quando da sua navegação, em pleno Mediterrâneo, a caminho dos lugares Santos. Fizemo-lo, repetimos, ao abrir, no dia 17 de Março de 1973, um ciclo de conferências organizado pelo Centro Universitário do Porto.

Tempo decorrido, verificamos, e pode adivinhar-se com quanta satisfação, que o tema era desenvolvido — com brilho, segurança e perfeito conhecimento da lição de autores clássicos — pelo Dr. Fernando Campos, no ensaio A «Vida de S. Teotónio» uma fonte de «Os Lusíadas»? — publicado na revista «Panorama», n.º 44 (este volume, assim como a separata do artigo, foram distribuídos no mês de Abril).

O que havíamos admitido na nossa palestra tinha sido também objecto de averiguações e detido exame, entretanto, pelo Dr. Fernando Campos, que deu conta de quanto apurou no ensaio acima referido.

Aproveitamos o ensejo para esclarecer o que diz o seu autor em duas notas desse estudo.

Efectivamente, o que se lê no fólho 6 r. do original latino da Vida de S. Teotónio é cifum e não cirum: deve-se o erro da nossa edição a acidente resultante da composição tipográfica mecânica, que dificilmente se adapta às exigências da preparação de edições do género: ao corrigir um erro, fazendo-o uma ou mais vezes, o artista lá deixa escapar outro... Quanto à observação contida na nota 21 do belo estudo do Dr. Fernando Campos, esclarecemos que a versão portuguesa da obra do discípulo anónimo que publicámos pela primeira vez e que é a mais antiga das traduções conhecidas do original, foi reproduzida, como pode ser verificado através das gravuras a que é dedicada esta anotação, com toda a fidelidade. Concluímos, portanto, que o salto verificado no texto de páginas 44 do manuscrito (B. P. M. P., n.º 414), não é lapso de impressão, mas sim da responsabilidade do tradutor ou do copista do seu autógrafa.

NOTA SETE. *A primeira edição do intitulado Roteiro da viagem que em descobrimento da Índia pelo Cabo da Boa Esperança fez Dom Vasco da Gama em 1497 data de 1838 e foi da iniciativa de Diogo Kopke e António da Costa Paiva, ambos professores da Academia Politécnica do Porto. Imprimiu-a a Tipografia Comercial Portuense.*

O manuscrito de que se serviram os dois lentes havia pertencido ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e tinha o n.º 25 na respectiva colecção de códices cartáceos, segundo o conhecido catálogo de D. José da Avé Maria. Ao ser incorporado, por Herculano, na B.P.M.P., aí recebeu o n.º 804.

O seu texto foi reimpresso, posteriormente à edição indicada acima, por várias vezes, quase sempre acompanhado de estudos ou de simples anotações, a partir da informação nele contida, da atribuição de autoria, do tempo e da maneira como foi redigido, etc. Por iniciativa da Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama, fez-se, em 1969, uma reprodução do texto que o respeitou em todo o aspecto exterior, cabendo-nos a orientação do trabalho. Escrevemos então algumas notas que acompanham, em pequeno caderno independente, a mesma reprodução, para nelas e de forma abreviada deixarmos um pouco do que temos apurado a partir do exame atento do mesmo códice, bem como sobre a data em que ele foi integrado na Canónica conimbrigense.

V. gravura n.º 5.

NOTA OITO. Crónica del Rei D. Afonso Henriques, *por Duarte Galvão. A chamada Crónica dos Cinco Reis [v. NOTA QUATRO] refere-se a uma antiga Historia del rei D. Afonso, e, portanto, de redacção que lhe era anterior, também existente no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.*

Na segunda metade do século dezasseis, o cartorário do mesmo mosteiro D. Vicente, ao inventariar — e parece que foi o primeiro a fazê-lo — os manuscritos então confiados à sua guarda, redige esta anotação, que publicamos, com outras, a páginas 243 do nosso estudo Santa Cruz de Coimbra na Cultura Portuguesa da Idade Média (Porto, 1964):

No Cartorio de S. +. esta a Croniqua del Rei D. Affonso Henrriques a quoa abreviou o Cronista Galvam de outra Croniqua que estava no dito cartorio, por mandado del Rei Dom Manuel, e a Croniqua antiga nam tornou mais ao mosteiro antes ficou em casa do dito Galvão.

Da conjugação destas duas anotações — a do texto da Crónica dos Cinco Reis e a do cartorário D. Vicente — podemos concluir que pertencia ao armarium de Santa Cruz de Coimbra uma crónica antiga

e desaparecida do nosso primeiro monarca. Duarte Galvão, de tanto incumbido e por dever de ofício, prepara a sua Crónica a partir de fontes que lhe eram acessíveis de maneira directa ou puderam vir a sê-lo por intervenção régia: daí a cedência, por parte dos cônegos regrantes, da antiga crónica, com tema igual ao que se propunha tratar Galvão, que existia no seu cartório — e que não mais foi devolvida à origem ou restituída aos seus legítimos possuidores.

Como se viu, apenas é conhecido um registo da segunda metade do século dezasseis com expressa referência à Crónica, inventariando-a como um dos códices mais preciosos da canónica. Mas podemos deduzir e concluir que o mesmo códice foi integrado na livraria de mão de Santa Cruz de Coimbra no primeiro quartel da mesma centúria. Cabem aqui algumas observações que permitem esta dedução, reduzidas por força do condicionalismo do objecto e do lugar das presentes anotações.

Como tem sido apontado por mais de um autor e em épocas diversas, tendo-o sido também por nós (v. o nosso estudo No V Centenário da morte de Dom Manuel I, Porto, 1970), el-rei D. Manuel I, quando da sua peregrinação a Santiago de Compostela, no Outono de 1502, demorou-se em Coimbra e determinou, então, que na capela-mor da igreja de Santa Cruz fossem erigidos dois belos túmulos, ainda existentes, para sepultura de D. Afonso Henriques e do seu filho, honrando-lhes assim a memória. O monarca aderiu, por este gesto, à veneração que os cônegos regrantes dedicavam, sobretudo, ao primeiro rei de Portugal. Não admira que pretendesse dar testemunho dessa adesão por outra maneira, determinando a preparação da Crónica e mandando depois copiar o texto de Galvão com todo o esmero. São conhecidas três cópias: aquela a que nos referimos, outra pertencente ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo e uma terceira integrada nas colecções do Museu de Castro Guimarães, de Cascais, esta assinalada por uma miniatura que arquiva a panorâmica da cidade de Lisboa nos princípios de Quinhentos.

Não restando qualquer dúvida sobre o período em que Duarte Galvão redigiu a sua Crónica e o que o levou a fazê-lo, resta procurar elementos que sirvam de fundamento para a datação da cópia, que, tendo pertencido a Santa Cruz de Coimbra, ali foi recolhida por Alexandre Herculano, em 1834, e logo integrada na colecção de manuscritos da Real Biblioteca Pública do Porto, ao tempo em organização.

Os elementos requeridos são aqueles que nos oferece o exame das características externas do códice. O próprio suporte da escrita é o pergaminho e este, na qualidade e dimensões, revela-se igual ao que foi usado na preparação dos manuscritos da chamada Leitura Nova e em outros também copiados nos princípios do século dezasseis. A letra, de módulo regular e forma arredondada, é bem característica, tendo uso corrente em Portugal no primeiro quartel da mesma centúria, designadamente nos escritórios em que se procedia à preparação de códices. E as decorações, por fim, são obedientes a uma técnica observada na decoração dos já mencionados manuscritos da Leitura Nova, também mandados preparar por D. Manuel I e hoje guardados

no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: os mesmos os motivos decorativos, a partir da fauna e da flora ou de caprichosos arranjos de feição geométrica; as mesmas as cores; o mesmo o cuidado posto na anotação de pormenores. Nem sequer falta o traçado de linhas, em tinta clara, para servir de guia ao copista.

Há outra cópia, como dissemos, da Crónica de Duarte Galvão, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, também preparada por ordem de D. Manuel e idêntica à que se destinou ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Essa, porém, não apresenta uma decoração tão rica e expressiva, pois que apenas foi ornamentada nas iniciais dos capítulos.

V. gravura n.º 6.

António Cruz

Elidado bẽ

auinturado no sso pa-
dre S. Theotoni pri-
meiro Prior que foi,
no mosteiro de
Santa Cruz.

Prologo.



*O. M O Q U E R Q U E A I N
da nas mui pequenas cousas co-
mo diz o apostolo senã de in-*

o. Filosofo

parecião montes de agua sobre o nauio & tri-
 nada a nao com os brauos encontros ora abai-
 xauão ate ofundo ora das profundezas do mar
 a alleuantauão as mais altas ondas & mō-
 tes de agouas & outras vezes abertas as agouas
 do mar peza s'ma como per hum manifesto ca-
 no aque os marinheiros chamão bomba mas
 os marinheiros conhecendo primeiro a tem-
 pestade que viuita como arrodamento en-
 tre os nauios das agouas se comecasse a vento luer
 logo com muita ligeireza cortarão o mastro
 & o lanço em o mar abaxarão as velhas
 arreatarão as vergas & calabres & assi cō-
 certarão todas as outras encaixas do nauio
 pera que não se quebrentasse com a fôrça do
 mar & pera que mais se aliuasse a loiação
 as vasilhas que leuauão & com tudo não
 podião alcançar repouso. Alleuantasse tão
 alto sobre elles o mar que os fazia estar no
 nito com temor da morte. Mas d'spanco-

IN HOC OPERAE HAEC CONTINE TVR

GEOGRAPHIA CL.PTHOLEMAEI A pluribus viris utriusq; linguae doctis
emendata: & cum Aethiopyo graeco ab ipsis collata.

Schemata cum demonstrationibus suis correcta a Marco montacho
canonice Ioanne Josa Viterbensis viri Mathematicis con. illustrata

Figurae de projectione Sphaerae in planum
dum illustratae sed fere admodum
Usurabantur ab ipsis nō
codice extabant.

Ex tabulis nō
sunt
Germaniae: Poloniae: Ungariae:

Mapsae quae sunt locorum ab Alexandria Aegypti
ad orientem usque non sunt.

Planities quae sunt aegrius recognita & diligentius emendata a Marco
montacho Calabro Mathematico.

*Dei gratia
1709*

CAVTVM EST EDICTO IVLII JI. PONT. MAX.
NE Q VIS IMPRIMERE AVT IMPRIMI
FACERE AVDEAT HOC IPSVM OPVS
PENA EXCOMMUNICATIONIS LATAE SENTENTIAE
HIS Q VI CONTRA MANDATVM IVSSVMQ VE
CONARI AVDEBYNT.

per...

Aur...

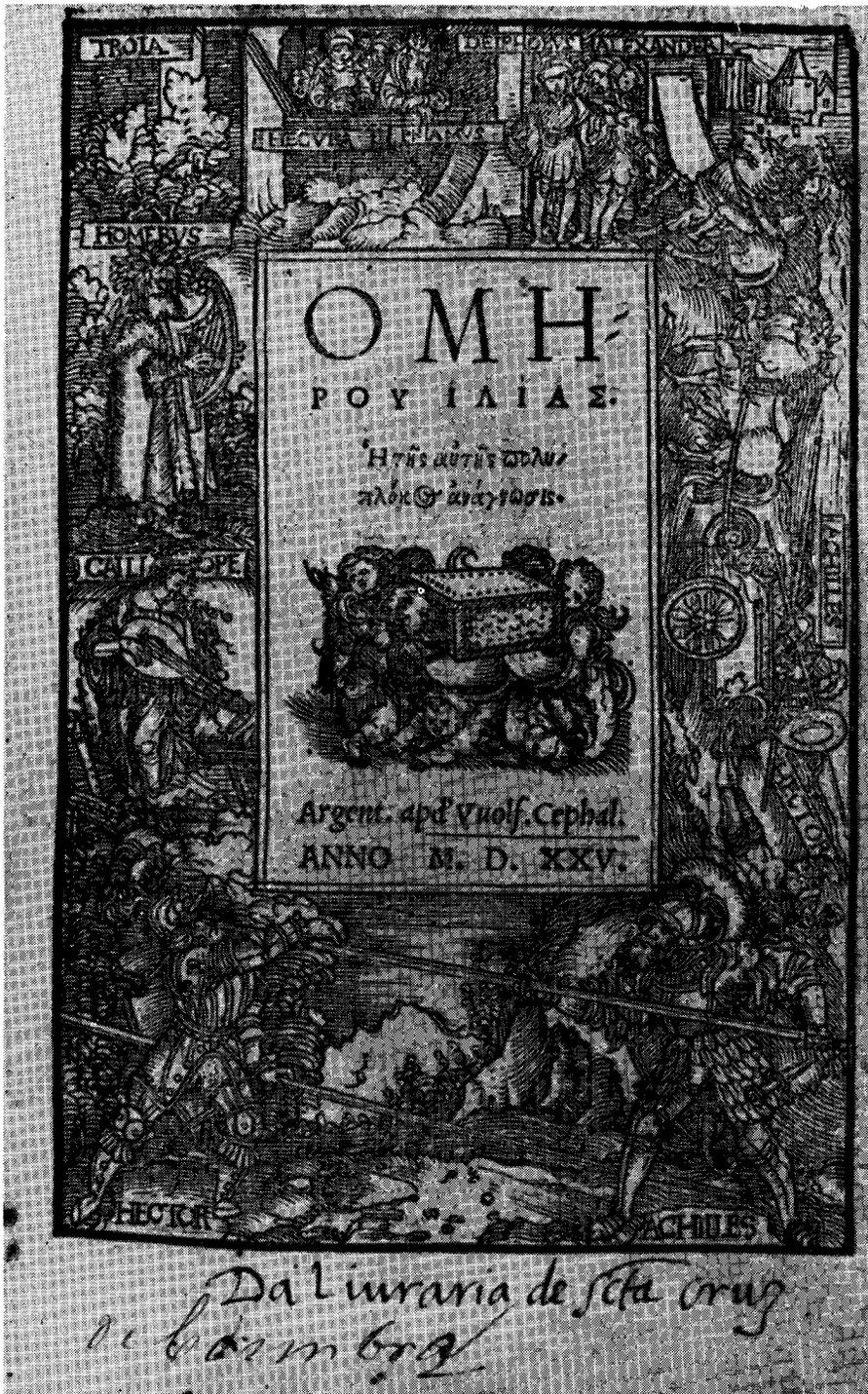
M^o 5. au... *A. de...*

Aur...
Imple...



Aur...

GRAYURA SETE (Ptolomeu, Geographia, 1507; pertence manuscrito, no rosto:
Da livraria de S.ta Cruz de Coimbra).



GRAVURA OITO (Homero, *Iliada*, 1525; pertence manuscrito, no rosto:
Da livraria de Seta Cruz).



Liuraria de S.^{ta} +

GRAYURA NOVE (Horácio, *Opera*, 1528; pertences manuscritos, no rosto: *Liuraria de S.ta +...*, o mais antigo; posterior, embora também quinhentista: *Da Liuraria de S.ta Crus de Coimbra*).

mirra. J. Conspiceres ferrea. I. dura quasi robore aut lapidibus
 prius genita aut post, ut dicitur genies ferrea. I. ferreos proge
 natus, videri. I. vironum exultu caput duris aruis. I. Excolia, &
 fera sunt immixta syluis, sicut in syluis, & sydera sunt mixta
 leuisti dicat terra immixta syluis, id est immixtus est cæli & ter
 re, celo. I. Ad ortum colit, tabulatur enim signa cælestia fe
 ras ferre genitæ, possunt perferre hunc. I. talem labore venis
 torum. I. & frigus sit tanta quies. I. temperica, & concordia no
 ireo. I. intere deret inter frigus, quod. I. in hyeme est, & calorem
 qui est in astate dominatur, sicut indigentia. I. benigna fuit ue
 sta, & quasi clementia, cæli. I. acris non exciperet. I. ab aduersa,
 & noctis terras.

¶ Cui priuam lucē pecudes. J. Roma. & Medicus cod. C. C. pri
 ma lu

ma lucem pecudes, legunt: quod non dicitur. ¶ Virg. Ferrea
 p. genies duris caput exultu aruis. I. Laetantia h. i. sectionem
 agros, it. terra, vbi dicit. Illud hoc loco præterire non possimus, quod
 errantes quidam philosophi aiunt homines, ceterosq. animalia
 sine vilo arte esse orta esse de terra. Vnde illud Virgilium. Terra
 rea progenies duris caput exultu aruis. Sed quantum pertinet
 ad terram, tam instrumentis nobis, monumentis cælestibus est
 q. a philosophorum antiquioribus scholis non alienum figy
 ptis, Arabis, & plaribus aliis nationibus, apud quas rerum na
 turalium disciplina clauerit, in eadem sententia facile conue
 ditibus. In quibusdam verò Laetantij codicibus verba ista. Pro
 creata est ex lapidibus. Ex Seru. commentario importune vis
 deas inserta Virgiliano carmine. Illud aut terra, eruditus auri
 bus non satisfacti qui putant Laetantij codicem deprauatū; quō
 ferrea, sententia nihil immutat.



¶ SERVIUS.
 ¶ Quod superest. J. Nō est de
 est, sed qd loq. ¶ Premes
 demerges, fodica. Quæcūq.
 virgulta, siue de plantariis,
 siue de arboribus. ¶ Lapi
 dem bibulum J. qui arenam
 vocatur. ¶ Aut squales
 infode conchas. J. Cocles. p
 per admittenda signamina,
 insidiantur. Lapi vero are
 rarius, aut propter spiamu
 ra, aut propter haerendum
 humorem. Si forte omnia,
 fuerit, squalentes. Sordida.
 ¶ Anticos tollent, J. sument
 ex his rebus magnanimitate
 rem. ¶ Si q. reperti. J. sunt
 diligentiores. ¶ Effusus, ad
 imber. J. contra nimias,
 pluuies. ¶ Hæcæ sit. J. Pra
 nimis caloribus scilla. Ad
 capita. I. vitium posituram.
 ¶ Et duras iactare videtes.
 ¶ Hoc ad commendas per
 tinet glebas. ¶ Flecte reu
 rantes iuuenes, J. cum qua
 dam moderate ducere, ne
 tenera adhuc virgulta cocu
 siant. ¶ Leues calamos. J. d
 est mædos. Et raze halilia,
 virgæ. J. Præcipit & cannas,
 & virgas radi oportere, ne
 videret ex castibus rubi
 go aduersa vmbra procrea
 si possit. ¶ Tabulata, J. sunt
 trunci sumores, & in planis,
 tendentes, vbi ad vironem cre
 scunt. ¶ Per agrum J. dicit
 per agrum. ¶ Ipsa acies fal
 cis sordida iactanda, J. si
 acies

Quod superest, quæcūq. premes virgulta per agros
 Sparge simo pingui & multa memor occulle terra
 Aut lapidem bibulum, aut squalentes infode cōchas.
 Inter enim labentur aquæ, tenuisq. subibit
 Halitus, atq. animos tollent fata, iam mæ reperti,
 Qui sano super, atq. ingentis pondere testæ
 Virgetur hoc effusus munimen ad imbres.
 Hoc, vbi hulca siti findit canis æstifer arua.
 Semibus positis superest deducere terram,
 Sæpius ad capita, & duro iactare videntes,
 Aut presso exercere solum sub vomere, & ipsa
 Flectere luctantes inter vineta iuuenes,
 Tum leues calamos, & raze halilia virgæ.
 Fraxineasq. aptare ludes, furcasq. bicornes,
 Vitibus eniti quarum, & continere vento
 Assuescant, summasq. sequi tabulata per vmos.
 Ac dum prima nouis adolefcit frondibus ætas,
 Parcendum tenens, & dum se lætus ad auras
 Palmes agit lævis per purum immissus habentis.
 Ipsa acie falcis non dum tentanda, sed vncis
 Cerpente manibus frondes, interq. legendæ.
 Inde vbi iam validis amplexa stirpibus vmos.
 Exerint, tunc stringe comas, tunc brachia tonde
 Aut reformidant ferram, tunc deniq. dura
 Exerce imperia, & ramos compece sumentis.

acies legerimus hic erit se
 sua Tenore adhuc vitib. nō
 dū est falcis acies necessaria
 Sæcie, subandis virgulta,
 & ita ipsa virgulta nō dū fal
 cis acie tentanda sunt. ¶ Sit
 pis, Holidioris palmis, b.
 i. trancie.
 ¶ PROBUS.
 ¶ Tabulata & vmos, J. am
 sunt, q. vites sustinet p. trāla
 Non, q. rustici, quā putis,
 supra eos ramos stant, hoc
 est tabula.
 ¶ MANCINELLVS.
 ¶ Quod superest, J. d. restat
 stocidum est sup. vel aduers
 tendū. ¶ Fimo, J. Theophr
 siue h. ij. de causis plantarū
 inquit, qd sterces agrum, &
 solum, & tepidam reddat,
 quod alij proxius terræ per
 motum plantæ aggregant,
 alij inter terram superiore
 mecum disponit. ¶ Occu
 sa terra, J. terra, interior alij
 vitem & arborem, superiore
 custodit. Col. lib. ij. ca. ij.
 aduers. ¶ Lapidis, J. lapides,
 subiciūt, vt plantæ per huc
 meuniorē pnt, & p. vltim
 se possit rengerat. Enims
 aëro contrarij tempus
 ta preparasse oportet, vt la
 pides humorem continent
 & ætate radicibus calorem
 propulsent, alij sarmenta,
 subterrent, alij vas scilicet
 pleni aque apposūt. Theo
 phrastus edocet lib. ij. Col.
 quam libro. iij. ca. iij. atq.
 in iam

Firmo Agri.

